

TERMO DE COMPROMISSO 08/2024 – EIV/SPU ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Termo de Compromisso que celebram LUMINARE RESIDENCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, através da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, visando pactuar o cumprimento das medidas mitigatórias e compensatórias avaliadas pela COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE ESTUDOS DE IMPACTO DE VIZINHANÇA no Processo Administrativo 1DOC 28.009/2024, e aprovadas pelo PODER EXECUTIVO através do Despacho 29.

Pelo presente Termo de Compromisso, que celebram de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, através da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, doravante denominada COMPROMISSÁRIA, situada na Rua Dinamarca, nº 320, Paço Municipal, Balneário Camboriú, Santa Catarina, CEP 88338-900, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.285/0001-07, neste ato representada pelo Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária, Sr. RUBENS SPERNAU, inscrito no RG nº 3R690382, expedido pela SSP/SC e CPF 496.031.759-00, e LUMINARE RESIDENCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, doravante denominada COMPROMITENTE, com sede na Avenida do Estado Dalmo Vieira, nº 2461, Centro, Balneário Camboriú, Santa Catarina CEP: 88.330-075, inscrita no CNPJ sob nº 39.399.380/0001-14, representada neste ato pelos sócios, Sr. Emerson Rodrigo Araujo Granado, inscrito no RG nº 5043030, expedido pela SESP/SC e CPF nº 073.988.909-58, e Sr. Thiago Roberto Schenkel, inscrito no RG nº 3642623 SSP/SC e CPF 029.835.019-06 que firmam o presente em conformidade com o disposto no Art. 12, da Lei Complementar Municipal nº 24/2018.

O referido processo do empreendimento de uso residencial multifamiliar e comercial, denominado Luminare Residence Raush, situado na Av. do Estado Dalmo Vieira, esquina com a Rua 1.451, Centro, DIC nº 188.444, com área construída de 34.204,05m², tramitou na Comissão Permanente de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança (CEIV) e, após a análise de toda a documentação contida no Estudo de Impacto de Vizinhança e suas complementações, com relação aos impactos gerados pelo empreendimento e que serão suportados pela vizinhança, a Comissão Permanente de Análise dos Estudos de Impacto de Vizinhança opinou que poderia ser considerado apto a aprovação o Estudo de Impacto de Vizinhança, através do Parecer Final 028/2024 – CEIV, encaminhando o termo de remessa dos autos ao Secretário de Planejamento e Gestão

TERMO DE COMPROMISSO 08/2024 – EIV/SPU

Orçamentária, que deu deferimento através do Processo Administrativo 1DOC 28.009/2024, Despacho 29.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente Termo de Compromisso o dever do COMPROMITENTE em arcar com todas as despesas decorrentes das obras e serviços necessários à minimização dos impactos decorrentes da implantação do empreendimento e demais exigências apontadas pelo Poder Executivo Municipal, descritas no Estudo de Impacto de Vizinhança e complementações a este, bem como nos Pareceres de Análise elaborados pela CEIV.

E recolher aos cofres públicos municipais, o valor das medidas compensatórias no valor de 271,49 CUBs, que devem pagos da seguinte maneira:

I - 20% (vinte por cento), do valor total de entrada, na emissão do Alvará de Construção, sendo condicionada a emissão do mesmo à comprovação do pagamento da entrada; e

II - saldo de 80% (oitenta por cento), em 24 (vinte e quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente com a variação do CUB/SC (custo unitário básico/Santa Catarina).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMITENTE

São medidas mitigadoras do empreendimento às expensas do empreendedor:

Medidas Mitigadoras Durante a Implantação:

1. Realização de Trabalhos de educação ambiental com os funcionários da obra, para sensibilização quanto a redução do consumo de água, evitando o desperdício;
2. Implantação de sistema de captação e reutilização de água da chuva na obra;
3. Priorizar a instalação e utilização de equipamentos econômicos de água;
4. Execução de Plano de Gerenciamento de RCC, com objetivo garantir a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final;
5. Capacitação para colaboradores sobre os procedimentos de separação, acondicionamento e transporte de resíduos;
6. Destinação dos resíduos à empresa licenciada para o transporte de resíduos e destinação final em áreas licenciadas;
7. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental, com objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais na obra, bem como outros desperdícios durante a implantação e assuntos de meio ambiente;
8. Os efluentes sanitários gerados no canteiro de obras serão encaminhados, desde o início das atividades, à rede coletora municipal e tratados pelo município por meio da Empresa Municipal de Água e Saneamento - EMASA;

TERMO DE COMPROMISSO 08/2024 – EIV/SPU

9. O efluente líquido gerado nas concretagens, uso de argamassas, lavação de ferramentas e das caixarias sujas com argamassa, areia, concreto e afins, deverá ser destinado a um sistema específico para decantação, com objetivo de tornar o efluente apto ao reuso na obra para umidificação do solo, lavagens em geral e despejo na rede de drenagem pluvial municipal.
10. Os resíduos sólidos e/ou lodo gerados deverão ser destinados como resíduos da construção civil - RCC Classe A caso não haja tratamento químico no sistema. E como resíduo contaminado Classe D caso haja tratamento químico, sendo coletados e destinados por empresa especializada e licenciada e gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados;
11. Os efluentes perigosos contendo tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde, devem ser destinados a sistemas específicos de decantação, para lavação de materiais contaminados, para reutilização da água exclusivamente na lavação de materiais e ferramentas também contaminados. Após não ser mais possíveis reuso para lavação e materiais e ferramentas contaminados, este efluente deve ser coletado e destinado por empresa especializada e licenciada, devendo ser gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que for coletado. O lodo gerado neste sistema deverá ser gerido como resíduo da construção civil - RCC contaminado Classe D, sendo coletados e destinados por empresa especializada e licenciada e gerado o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) no Sistema do IMA sempre que forem coletados;
12. Lavagem das rodas dos veículos que estiverem sujas com barro, evitando que espalhem barro nas vias do entorno;
13. Cobrimento com lonas os caminhões para evitar a queda de resíduos nas vias;
14. Realização de varrição das vias sempre que houver carreamento do solo o entorno;
15. Implantação de sistema de captação e reutilização de água da chuva na obra;
16. Aplicação do PGRCC, com objetivo garantir a correta segregação, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final;
17. Capacitação para colaboradores sobre os procedimentos de separação, acondicionamento e transporte de resíduos;
18. Destinação dos resíduos à empresa licenciada para o transporte de resíduos e destinação final em áreas licenciadas;
19. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental, com objetivo de reduzir o consumo de recursos naturais na obra, bem como outros desperdícios durante a implantação e assuntos de meio ambiente;
20. Cumprimento às condições apresentadas na Lei Municipal nº 2377/2004, além da norma ABNT NBR 10.151:2019;
21. Realização de manutenção periódica do maquinário como, por exemplo, a lubrificação dos equipamentos conforme a recomendação do fabricante;

22. Instalação de tapumes a fim de reduzir a propagação do ruído;
23. Após a execução da laje do térreo, implantar a área de equipamentos ruidosos (serras de madeira, ferro, etc) do canteiro de obras no interior da edificação a fim de amenizar a propagação de ruídos;
24. Realizar manutenção periódica em equipamentos e maquinários ruidosos;
25. A circulação e o estacionamento de veículos pesados e a operação de carga e descarga no empreendimento deverão estar em conformidade com o Decreto Nº 4.020/2004 (BALNEÁRIO CAMBORIÚ, 2004);
26. As manobras e operações de carga e descarga de materiais deverão ocorrer, na sua maioria, dentro do lote, ou seja, no canteiro de obras. Portanto, haverá o cuidado de não permitir o estacionamento em locais indevidos para a carga e descarga de materiais;
27. Limpeza dos pneus dos veículos na saída do canteiro de obras, quando couber;
28. Limpeza das vias públicas, se ocorrer sujeiras decorrentes da obra;
29. Cobertura dos caminhões e automóveis que transportam materiais soltos com lonas;
30. Elaboração de Estudo Cautelar para registro das condições das vias do entorno (atual, antes do início da obra/demolições/supressão de vegetação, etc.) em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso, com apresentação através de protocolo à CEIV;
31. Após a conclusão da obra, os danos causados à infraestrutura viária (drenagem, pavimentação, sinalização e outros elementos da via) serão reparados pelo empreendedor, se tiverem sido causados por ele;
32. Reserva de área interna ao lote para estacionamento de bicicletas e motocicletas dos colaboradores ao longo da fase de implantação;
33. Implantação de área interna ao lote para manobras e operação de carga e descarga referente aos veículos pesados que transportarão materiais e insumos até a obra;
34. Organização no cronograma de chegada dos veículos pesados, evitando que ocorra a chegada simultânea de veículos;
35. Fomento ao uso de bicicletas como meio de transporte dos colaboradores ao longo da obra, reforçando aspectos como saúde, economia e pelo fato de atualmente existir infraestrutura cicloviária no entorno do local do empreendimento, garantindo segurança;
36. Caso haja interrupções no tráfego da via, que exija um desvio de tráfego de veículos, pedestres e/ou ciclistas, será implantado sinalização adequada para orientação do tráfego, respeitando as diretrizes do Manual de Sinalização Temporária de Obras do CONTRAN (Volume VII);
37. Caso seja feita a utilização de veículos que possam vir a interferir no fluxo viário, mesmo que de maneira parcial ou temporária, será notificado a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, com no mínimo 48 horas de antecedência. Será também feita a obtenção prévia da Autorização Especial de Trânsito (AET) junto aos órgãos de trânsito competente;

38. Instalação de telas de proteção sobre os caminhões com resíduos;
39. Instalação de telas de proteção no entorno da obra, conforme as normas técnicas, para a redução da emissão de partículas pela incidência de ventos;
40. Limpeza constante das vias do entorno, com varrição e se necessária a lavagem, evitando a propagação de poeiras;
41. Aplicação de irrigação dos locais e dos serviços causadores de poeira;
42. Lavação de veículos e maquinários nas saídas de ambientes com solo exposto, principalmente na fase de movimentação de terra e fundações;
43. Realizar manutenção periódica e preventiva em veículos e equipamentos emissores atmosféricos;
44. Priorizar que as viagens de carga durante a fase de implantação ocorram fora do horário de pico do meio-dia, ou seja, entre 11:00 e 13:00;
45. Organizar as viagens de carga durante a obra de forma que não ocorram simultaneamente, sendo espaçadas ao longo do tempo, a fim de impedir fluxos de veículos de carga concentrados em pequenos períodos;
46. Implantação de dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos em trabalhos na área;
47. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú e região próxima;
48. Oferecer vaga de estágio;
49. Priorizar a compra de materiais de fornecedores da região próxima.

Medidas Mitigadoras Durante a Operação:

50. Realizar manutenções periódicas, especificamente em relação ao sistema hidrossanitário, com objetivo de manter o sistema em bom estado de funcionamento, a fim de evitar vazamentos durante o funcionamento do empreendimento;
51. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental para os moradores, com objetivo de reduzir o consumo de água pelos usuários do empreendimento, bem como outros desperdícios e assuntos de meio ambiente;
52. Utilização de equipamentos econômicos de água, tais como torneiras automáticas e com arejadores, peças sanitárias de baixa vazão, caixa de descarga "dual flush", medidores individuais de água;
53. Utilização do sistema de captação e reutilização de água da chuva, para usos não potáveis (limpeza de garagens, calçadas, terraços, molhar jardins, etc);

54. Elaboração e execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, específico para o empreendimento em questão, apontando e descrevendo ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, contemplando os aspectos referentes à redução da geração, segregação, acondicionamento, transporte e destino final, bem como as ações de proteção à saúde pública e ao meio ambiente;
55. Implantação de lixeiras de reciclagem em área comum;
56. Aplicação do Programa de Conscientização Ambiental para os moradores, com objetivo de incentivar a disposição/separação correta dos resíduos, bem como, para evitar desperdícios e, outros assuntos de meio ambiente;
57. Uso de sinalização indicativa para os usuários do empreendimento, em relação ao descarte correto dos resíduos;
58. Implantação de um reservatório contenção de águas pluviais, localizado no pavimento térreo, com 44.20 m³, para mitigar a área impermeabilizada pela construção do imóvel e reduzir o risco de alagamentos, uma vez que ele atrasa o despejo das águas pluviais na rede pública de drenagem;
59. Implantação de sistema de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais para usos não potáveis (rega de jardins, lavagem de calçadas, garagens, etc), composto por reservatório de reaproveitamento de 13 m³, localizado no pavimento garagem;
60. No ponto de acesso de veículos reservar um espaço de acomodação para um veículo aguardar enquanto ocorre a abertura do portão, fora da largura livre do passeio público. Esse recuo garante que não ocorram interrupções no tráfego da Rua 1451 enquanto há a entrada e saída de veículos do estacionamento;
61. Instalação de dispositivo de alerta, luminoso e sonoro, nos portões de acesso de veículos, visando melhorar a segurança viária no local;
62. Instalação de placa de advertência junto ao portão de entrada, indicando a altura máxima permitida de veículos, visando melhorar a segurança viária no local;
63. Além da implantação de área interna ao empreendimento para o estacionamento de bicicletas, fomentando o uso desse modo de transporte, o empreendedor se compromete a realizar Projeto Executivo viário para a implantação de ciclofaixa da Rua 1401, no trecho entre a Av. do Estado e a Av. Brasil, a fim de que o município faça a implantação dessa infraestrutura quando melhor couber. A execução desse projeto constará no Termo de Compromisso e será apresentado em até 30 dias após a aprovação da versão final do EIV;
64. Devido a deficiência da sinalização viária do cruzamento da Rua 1451 com a Rua 1919, o empreendedor se compromete em realizar o pagamento de nova sinalização viária vertical de "PARE" (2 placas R-01) no respectivo cruzamento, bem como pintura de linha de retenção e pictograma "PARE" para as duas pistas de aproximação da Rua 1919;
65. Aquisição e instalação de equipamento (01 nobreak semaforico e 01 instalação) em cruzamento semaforizado. O nobreak semaforico será compatível com o controlador semaforico

utilizado no município. Quando da implantação, será solicitado à Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito, a definição do local para torná-lo integrado ao Sistema Antares - Central de Controle e Comando Semafórico. O cruzamento semaforizado que será instalado esses equipamentos deverá ser na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);

66. Implantação de dispositivos de sinalização e alerta luminoso e sonoro junto as saídas e entradas de veículos;

67. O empreendimento contará com 273 vagas de estacionamento para veículos na área residencial, sendo o obrigatório por lei o total de 202 vagas;

68. Implantação de Bicicletário/Oficina de 40,21m², o qual está localizado no térreo (interno);

69. Implantados de paraciclos de uso público junto ao passeio do empreendimento, no total de 4 vagas. Será utilizado o projeto padrão de paraciclos da Secretaria de Planejamento Urbano, de acordo com o TIPO II do Manual de Sinalização Ciclovária do CONTRAN (Volume VII);

70. O EPP permitirá que visitantes da edificação estacionem sem causar transtornos e demanda nas vias públicas. Além disso, a vaga de carga e descarga e de embarque e desembarque irá suprir demandas das salas comerciais e da edificação residencial;

71. Todas as vagas serão sinalizadas respeitando e cumprindo as seguintes referências:

- Dimensões e sinalização das vagas gerais (simples, carga/descarga) de automóveis e motociclistas deverão respeitar os Manuais de Sinalização Vertical e Horizontal do Contran (Volume I e IV), regulamentados pela Resolução Contran nº 973/2022;
- Dimensões, sinalização e numeração das vagas PNE e de idosos (automóveis) deverão respeitar a Resolução Contran nº 965/2022 e anexos;
- Dimensões e sinalização das vagas para bicicletas deverão respeitar o Manual de Sinalização Ciclovário do Contran (Volume VIII), regulamentado pela Resolução Contran nº 973/2022.

Todas as placas serão em ACM e Película Refletiva grau técnico prismático, com impressão digital 1200 x 1200 dpi's, com aplicação de overlay, anti UV, na cor padrão Munsell com pintura eletrostática, conforme Manuais/Resoluções do Contran e normas ABNT NBR 16.179/21, NBR 14.644/21, NBR 14.891/21 e NBR 14.890/21.

72. Disponibilização de kits de primeiros socorros na recepção do empreendimento;

73. Disponibilização de áreas de lazer exclusivas em pavimentos destinados a esta finalidade;

74. Realização do pagamento de nova sinalização viária vertical (2 placas A32b) na travessia elevada de pedestres da Av. do Estado, esquina com a Rua 1451;

75. Aquisição, instalação, e doação de equipamentos (03 sensores por vídeo detecção, 03 instalações dos sensores, 01 módulo de interface e 01 instalação do módulo de interface), para medição de ocupação simples e contagem de veículos, para até 3 (três) faixas, incluso a licença do

software. O sensor deverá ser compatível com o controlador semaforico utilizado no município. Quando da implantação, será solicitado à Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito a definição do local para torná-lo integrado à Central de Controle de Tráfego em tempo real do município e/ou para a prioridade seletiva ao Transporte Coletivo. O cruzamento semaforizado a ser instalado esses equipamentos deverá ser na Área de Influência Direta (AID) do empreendimento e deverá ser entregue a Autarquia Municipal de Trânsito - BC Trânsito em até 30 dias após a assinatura do Termo de Compromisso (TC);

76. Doação de cinco (05) placas de sinalização vertical refletivas indicativas de paradas de ônibus (seguindo especificações da Autarquia Municipal de Trânsito – BCTrânsito);

77. Manter todos os itens previstos em projeto no que tange: harmonização para o passeio público, iluminação adequada, acessibilidade e segurança;

78. Priorizar o recrutamento de trabalhadores do município de Balneário Camboriú.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de execução das medidas é no decorrer da implantação do empreendimento, antecedendo a emissão do Alvará de Funcionamento e/ou Habite-se, respeitando as definições específicas da cláusula anterior.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

A obrigação do COMPROMISSÁRIO será o acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações do COMPROMITENTE.

§ 1º. A Certidão de Habite-se somente será emitida após a comprovação da quitação do valor total do parcelamento da medida compensatória e da apresentação do Relatório de Cumprimento das medidas mitigatórias com o aceite ou aprovação da CEIV.

§ 2º. O certificado de conclusão da obra ou o alvará de funcionamento só serão emitidos mediante comprovação do cumprimento do objeto deste Termo.

3º. Em caráter de exceção aos parágrafos 1º e 2º acima, poderá ser admitida a emissão do Habite-se Parcial, exclusivamente da área Comercial do empreendimento objeto deste Termo, e seu respectivo alvará de funcionamento, sem a necessidade de comprovação integral das medidas mitigatórias e compensatórias, se ambos forem requeridos antes da conclusão total da obra.

CLÁUSULA QUINTA – DO DESCUMPRIMENTO

No caso de descumprimento das disposições deste Termo o COMPROMITENTE está sujeito às seguintes sanções:

I – Quanto ao parcelamento, no caso de não identificação do pagamento de até 3 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, deverá ser suspenso o alvará de construção do empreendimento em questão, até comprovação do pagamento de todas as parcelas em atraso.

TERMO DE COMPROMISSO 08/2024 – EIV/SPU

II - No caso de descumprimento da execução de qualquer medida mitigatória, estará o empreendedor sujeito a notificação, com direito a regularização em até 5 (cinco) dias úteis, sendo que, pelo não cumprimento ou na reincidência, será estabelecida medida compensatória, considerando 10 (dez) vezes o valor proporcional a medida mitigatória não executada.

III - As medidas compensatórias, resultantes do não cumprimento de medidas mitigatórias, deverão ser pagas em uma única parcela, num prazo máximo de 10 (dez) dias, a serem contados a partir da notificação da CEIV ao empreendedor.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Justiça da Comarca de Balneário Camboriú.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes declaram e reconhecem para os devidos fins que o presente TERMO possui caráter de aplicação de medidas para construção e funcionamento do empreendimento.

Assim, justos e acertados, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, firmam as partes o presente TERMO DE COMPROMISSO, 03 (três) vias de igual teor e forma, com eficácia de título executivo extrajudicial, uma vez que contém cláusulas líquidas, certas e exigíveis.

Balneário Camboriú, 07 de agosto de 2024.

EMERSON
RODRIGO
ARAUJO
GRANADO:
07398890958

Assinado digitalmente por EMERSON
RODRIGO ARAUJO GRANADO:07398890958
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=presencial,
OU=03402819000173, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB,
OU=ARINFOCOMEX, OU=RFB e-CPF A1,
CN=EMERSON RODRIGO ARAUJO
GRANADO:07398890958
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Itajaí - SC
Foxit Reader Versão: 10.1.1

THIAGO
ROBERTO
SCHENKEL:
02983501906

Assinado digitalmente por THIAGO
ROBERTO SCHENKEL:02983501906
DN: C=BR, O=ICP-Brasil,
OU=presencial, OU=03402819000173,
OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=ARINFOCOMEX,
OU=RFB e-CPF A3, CN=THIAGO
ROBERTO SCHENKEL:02983501906
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Itajaí - SC
Foxit Reader Versão: 10.1.1

EMERSON RODRIGO ARAUJO GRANADO/ THIAGO ROBERTO SCHENKEL
SÓCIOS
LUMINARE RESIDENCIAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA

RUBENS SPERNAU
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E301-B63B-E88A-D350

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EMERSON RODRIGO ARAUJO GRANADO (CPF 073.XXX.XXX-58) em 08/08/2024 09:58:41 (GMT-03:00)
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ THIAGO ROBERTO SCHENKEL (CPF 029.XXX.XXX-06) em 08/08/2024 09:59:16 (GMT-03:00)
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ RUBENS SPERNAU (CPF 496.XXX.XXX-00) em 09/08/2024 09:06:10 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/E301-B63B-E88A-D350>